



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

16 **LIDO**

Na Sessão de:

Em 1 03 2025

1º Secretário

OFÍCIO/GG/ 161 /2025-SAD.

Cuiabá, 26 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **MAX RUSSI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Governador “Dante Martins de Oliveira”  
Nesta.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência que decidi **vetar integralmente** o Projeto de Lei nº 136/2023, que “*Cria no âmbito do Estado do Mato Grosso, a Bolsa Agro Estudantil, destinada aos alunos da Rede Estadual de Educação em Agroecologia e Profissional Agrícola*”, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,

**MAURO MENDES**  
Governador do Estado

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

**PRESIDÊNCIA  
PROTOCOLO**

Recebi em: 28/11/25 Horário: 09:39

Ass: X. Henrique Katoef.



## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MENSAGEM Nº 160, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhora e Senhores Parlamentares,

No exercício das competências contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição do Estado, comunico a Vossa Excelência que decidi **vetar integralmente** o Projeto de Lei nº 136/2023, que *“Cria no âmbito do Estado do Mato Grosso, a Bolsa Agro Estudantil, destinada aos alunos da Rede Estadual de Educação em Agroecologia e Profissional Agrícola”*, aprovado pelo Poder Legislativo de Mato Grosso na sessão plenária do dia 29 de outubro de 2025.

Instada a manifestar-se, a Procuradoria-Geral do Estado opinou pelo veto total ao projeto de lei pela sua inconstitucionalidade, de acordo com os tópicos elencados em parecer, os quais acompanho integralmente:

- Inconstitucionalidade formal: invasão da competência do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo que verse sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da Administração Pública, por interferir nas atribuições administrativas conferidas à Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Ofensa aos arts. 39, parágrafo único, II, “d”, e 66, V, ambos da CE/MT; bem como viola o princípio da harmonia e independência dos Poderes, previsto expressamente no art. 2º da Constituição Federal;
- Inconstitucionalidade formal, por instituir obrigação que resulta em despesa pública, sem, contudo, apresentar a respectiva estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstrar a compatibilidade da norma com a legislação orçamentária. Violação ao art. 113 da ADCT, ao art. 167, I, ambos da CRFB/88, ao art. 165, I, da CE, ao art. 16 da LC nº 101/2000 e ao art. 15 da LC Estadual nº 614/2019.
- Inconstitucionalidade material do art. 4º: a fixação, pelo Poder Legislativo, de prazo ao Poder Executivo para regulamentação da norma fere o princípio da separação dos poderes, conforme estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.727. Violação aos artigos 2º e 84, II, da Constituição Federal.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar integralmente** o **Projeto de Lei nº 136/2023**, as quais ora submeto à apreciação dos membros dessa Casa de Leis.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, **26** de novembro de 2025.



**MAURO MENDES**  
*Governador do Estado*





ESTADO DE MATO GROSSO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI Nº DE DE DE 2025.

Autor: Deputado Thiago Silva

**Cria, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a Bolsa Agro Estudantil, destinada aos alunos da rede estadual de educação em agroecologia e a profissional agrícola.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,** tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Cria, no âmbito do Estado do Mato Grosso, a Bolsa Agro Estudantil, destinada aos alunos da rede estadual de educação em agroecologia e a profissional agrícola em regime de internato ou pedagogia de alternância.

**Parágrafo único** A pedagogia da alternância é uma oferta de ensino em período integral, em que o estudante é residente no internato, porém com aulas alternadas entre uma semana na escola e outra em casa, sendo o período em casa utilizado para estudo, pesquisa e observação da realidade familiar.

**Art. 2º** Compete à Secretaria de Estado de Educação, por meio de portaria, a concessão de bolsa-auxílio aos estudantes da rede estadual de educação em agroecologia e a profissional agrícola, aprovados por meio de processo seletivo para ingresso nos cursos.

§ 1º A bolsa-auxílio será concedida ao estudante durante todo o período letivo do curso e corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da média do piso salarial correspondente ao CBO 3211-05.

§ 2º O pagamento da bolsa-auxílio será automaticamente interrompido se o bolsista tiver faltas não justificadas, superior a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas do mês do benefício.

§ 3º Também sujeitar-se-á à perda do benefício da bolsa o estudante que não atingir a média escolar mínima exigida por semestre durante o ano letivo.

**Art. 3º** Compete à Secretaria de Estado de Educação:

- I - o controle orçamentário e financeiro da concessão da bolsa-auxílio;
- II - designar um coordenador responsável pela execução do Programa;
- III - designar o agente financeiro do Programa, responsável pelo pagamento da bolsa-auxílio.




ESTADO DE MATO GROSSO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

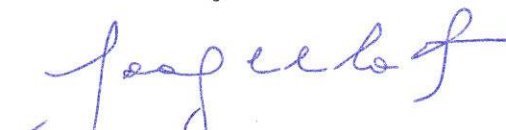
**Art. 4º** O Poder Executivo, a cargo da autoridade administrativa, no âmbito de suas atribuições, regulamentará a presente Lei para garantir sua fiel execução no prazo de noventa dias a contar da publicação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 30 de outubro de 2025.



Deputado Max Russi - Presidente



Deputado Dr. João - 1º Secretário